

Histórias de vida: da Educação para a Comunicação¹

Conceição Oliveira

Bacharel em História pela FFLCH-USP; pós-graduada em História Social na Unicamp, autora de coleções didáticas e ativista.

E-mail: blogmariafro@gmail.com

Resumo: A historiadora, educadora, autora de coleções didáticas e ativista Conceição Oliveira define-se, acima de tudo, feminista e feminina. Nascida em Santos, de família de migrantes nordestinos, ela possui mais de 20 anos de experiência no magistério. Sua experiência com livros didáticos rendeu dois Prêmios Jabutis, na categoria "Didático e Paradidático Ensino Fundamental e Médio", com as coleções "Paratodos-História" (Editora Scipione), em 2005, e "História em Projetos" (Editora Ática), em 2008. Inquieta com as adversidades do mundo contemporâneo, criou em 2004 o *blog* Maria Frô², onde analisa e discute jornalismo, política, culturas africanas e afro-brasileiras, entre outras paixões que são narradas neste depoimento.

Palavras-chave: coleções didáticas; historiadora; educadora; ativista; Maria Frô.

Abstract: The historian, educator, author of educational books and activist Conceição Oliveira defines herself, above all, feminist and feminine. Born in Santos, from a northeastern migrants family, she has more than twenty years of experience in teaching. Her experience with educational books yielded two Prêmios Jabutis in the category "Didactic and paradidactic for primary and secondary education", with the collections "Paratodos-História" (Editora Scipione) in 2005 and "História em Projetos" (Editora Ática), in 2008. Worried about the adversities of the contemporary world, she created in 2004 the *blog* Maria Frô², which analyzes and discusses journalism, politics, African and African-Brazilian cultures, among other passions that are narrated in this testimony.

Keywords: educational books; historian; educator; activist; Maria Frô.



Alex Cepuano

DEPOIMENTO

1 Depoimento a Cláudia Nonato (editora executiva da revista **Comunicação & Educação**). Todas as notas são de autoria da editora.

2 Disponível em: <www.revistaforum.com.br/mariafro>.

Recebido: 28/02/2015

Aprovado: 25/03/2015

A ORIGEM NORDESTINA

Eu nasci em Santos, em 1963. Minha mãe é uma migrante baiana, nordestina. Tem uma história muito semelhante à do Lula, porque ela fez o mesmo percurso. O Lula sai do sertão pernambucano e minha mãe sai do sertão baiano, de uma cidadezinha chamada Riachão do Jacuípe, onde hoje é um município chamado Nova Fátima, localizado a 100 quilômetros de Feira de Santana. Minha mãe saiu grávida em busca de um suposto pai. Era muito jovem, tinha 21 anos, pouquíssima instrução. Ela achava que meu pai era um caminhoneiro e que ela acabou se aproximando dele exatamente porque queria sair de um regime de dominação gigantesco. Era a filha mais nova das mulheres, com dez irmãos. E o mais velho era bem autoritário, a fazia de empregada doméstica, batia e tal. Ela queria sair disso. E daí ficou grávida.

Ela nunca tinha saído daquele sertão. Foi para Salvador, viver com uma ala da família que tinha recursos. Acho que uma médica propôs que ela fizesse aborto, mas ela era muito religiosa, jamais aceitaria. Então ela foi embora. Tinha dinheiro para chegar até Vitória da Conquista e falou isso para o motorista. Contou que estava vindo para São Paulo, mas não tinha dinheiro para a passagem inteira e, se tivesse lugar, e se ele deixasse... daí ele deixou. Veio atrás de outro ramo da família aqui, que também tinha recursos, mas foi muito maltratada, logo na recepção. E minha mãe não aceitou e acabou indo para Cubatão, que era um lugar, na época, assim como Santos, na década de 1960, com polo petroquímico e porto. Enfim, toda a migração nordestina chegava lá. Até hoje Cubatão é uma cidade-dormitório, com muito nordestino. Minha mãe acabou ficando e conheceu meu pai. Quando eu tinha 4 anos, ela casou-se com o meu pai. Eu tenho um poema sobre isso, chamado “Adoção”. Ele me adotou, me deu nome, e só descobri essa história muito mais velha, achava que era filha biológica dele. Porque minha mãe é bem branquinha, meu pai, negro, pardo. E os meus irmãos são uma mistura danada, então para mim era muito normal. Eu descobri ainda criança, uns 10, 12 anos, foi forte, me senti enganada, mas as coisas logo se resolveram.

O PRIMEIRO CONTATO COM A ESCOLA E AS REFERÊNCIAS DA INFÂNCIA

Meu pai é um cara bacanêrrimo, foi motorista a vida toda e a gente sempre mudava. Nasci na era de “governar é construir estradas”. Entrei na escola em 1971, no auge da Transamazônica, meu pai estava na construção da Dutra, e a gente ficava mudando. Meu primeiro ano escolar foi numa cidade chamada Guararema; terminei em Mogi. Na primeira série, nem queriam me deixar fazer as provas finais, porque eles achavam que uma criança na primeira série, mudar de cidade, de escola.... Mas eu sou filha da Dona Terezinha, e ela foi lá, reclamou, e eu fiz a prova. Por que eu tenho essa memória? É engraçado. É óbvio que as memórias se reconstroem quando você conta, porque você revive.

Mas isso faz parte também da memória da minha mãe, que é uma pessoa que não teve acesso à escola e sempre via nos filhos essa oportunidade de sair da exclusão social. E escola para ela era uma coisa muito séria. Então, sempre que a gente se mudava, ela perguntava para os vizinhos qual era a melhor escola do lugar, e sempre ia para a fila de madrugada conseguir matrícula na tal escola. E cobrava muito de nós. Conto parte dessas histórias em meus livros didáticos, porque no meu trabalho tenho uma perspectiva de que as crianças precisam entender que o autor do livro não é um sujeito neutro; ele é um sujeito da história, tem uma perspectiva de mundo, fala de um lugar social. Então eu recupero essas histórias de infância. A minha primeira coleção didática, que ganhou o Jabuti em 2005, tem esse aspecto bem autoral, tem um trabalho grande com letramento, tem personagens, crônicas, e eu me coloco também como sujeito. A primeira unidade é um capítulo onde eu conto um pouco, em cima da temática que eu vou discutir no volume, a minha própria experiência pessoal enquanto criança. Por exemplo, no volume de terceiro ano eu falo de deslocamentos; então eu conto dessa minha vida cigana, do meu pai, conto da minha mãe migrante, vou falar dos diversos deslocamentos do Brasil, da migração interna. Enfim, óbvio que os trechos, as coisas que eu escolho contar para as crianças, tem a ver com a minha vivência e com aquilo que selecionei para escrever. No quarto ano, vou falar da minha memória de ditadura militar, que é quase nenhuma. Eu entrei na escola em 1971, mas me lembro, por exemplo, dos adesivos nos carros que sempre me chamaram atenção, aquele do “ame-o ou deixe-o”. Eu achava aquilo tão agressivo! Como é que pode amar ou deixar? Um negócio que não fazia sentido na minha cabeça. Daí eu perguntava para a minha mãe, que respondia “é para quem não ama o Brasil ir embora”. Achava aquilo meio sem noção. Enfim, tem esse aspecto de pensar a infância de uma criança de família de trabalhadores, de imensa exclusão, sem livro em casa, sem quase nenhum recurso, onde a educação é um encontro social, é uma maneira de você sair dessa invisibilidade e ter alguma chance de romper essa história de exclusão.

A MILITÂNCIA POLÍTICA NA ADOLESCÊNCIA

Eu tenho quatro irmãos. Depois de mim vem um irmão que é petroleiro. Eu conto a história dele também no volume 4; falo de movimentos sociais, e meu irmão participou da greve de 1995, de ocupar a Petrobras, enfim, acompanhamos aquilo muito de perto. É um volume em que trato mais de história contemporânea, e ele está dentro dessa história familiar pessoal, inserido nesse contexto de lutas existentes. Eu tenho uma irmã que fez Letras na USP, mas não trabalha com isso, virou oficial de justiça. Tenho um irmão que é cadeirante, portador de uma doença degenerativa muito pesada, e tem o caçula, que trabalha em Santos, com logística. Minha família inteira mora lá e eu acabei sendo a ovelha desgarrada, porque eu vim pra São Paulo na década de 1980 e nunca

mais voltei. Mas em uma família imensa com pais não escolarizados e sempre ganhando no limite, os filhos sempre trabalham. Eu trabalhava muito em casa porque era a mais velha e ajudava minha mãe. Assim que eu me formei no ensino fundamental, já no final da oitava série, arranjei trabalho numa mercearia; depois fui trabalhar numa farmácia. Era época da adolescência e eu vivia isso com uma intensidade muito grande. Em 1978, começam as greves no ABC e também um movimento negro que ia para as ruas, além do movimento contra carestia, teologia da libertação. A cidade de Santos tinha uma comunidade de base e uma forte presença da Teologia da Libertação. A minha mãe era muito religiosa e muito controladora também, e a forma de estarmos juntos com os amigos era na igreja, local de sociabilidade, com padres de esquerda e com acesso a livros. Tinha um debate interessante. Eu vi os primeiros anistiados voltarem e comecei a ter noção do que estava acontecendo no país. Não dormia, porque foi na mesma época que li *1984*, de George Orwell; eu começava a ler as descrições de tortura e, quando cheguei na página 101, parei de ler, porque sabia que era sobre rato. E eu não conseguia ler porque tenho paúra de rato. Eu deixei um tempo lá e sonhava com aqueles depoimentos, tinha altos pesadelos, gritava à noite. E fico imaginando quem passou por isso. Porque eu, aos 14 anos, quando me dei conta, foi muito forte. Imagino quem sofreu essa barbárie. Era 1978, 1979, e lembro a quantidade de livros que chegava para nós nesse ambiente... eu li Hegel, lia Marx. Tese, antítese, hipótese eram coisas que eram discutidas com padre formado em Filosofia. Eu tenho até hoje um livro de história da Filosofia que ele me emprestou, eu ficava lendo e perguntando “o que é isso, o que é aquilo?”. Paulo Freire eu li nessa época.

Logo depois, em 1980, nasce o PT, e lembro que na disputa da eleição de 1982 eu não tinha idade para me filiar e eles fizeram a filiação simbólica em Cubatão, porque era onde eu militava, em uma favela que pegou fogo, a Vila Socó. Cubatão vivia sobre intervenção militar, e tinha muito escândalo de corrupção. Nós íamos para a Câmara Municipal, jogávamos moedinhas, enfim, já estava naquela fase de enorme efervescência política. Eu escrevia texto para jornal e outros publicavam, assinavam. Essa relação política de entender o que estava se passando no país, um misto desse trabalho das comunidades de base, enfim, minha politização se deu por aí. Em 1982, eu fiz vestibular, passei em Jornalismo em Londrina, na UEL, na Cásper Líbero e na Metodista, mas a minha mãe não deixou ir para nenhuma delas. Em 1983, eu vim para São Paulo, porque meu pai estava desempregado e a situação estava muito ruim.

O TRABALHO COMO EDUCADORA DE ADULTOS

Com 18 anos já estava aqui em São Paulo e comecei a ir pra USP. Fui assistir a uma aula do Nicolau Sevcenko e pensei: “É isso que eu quero fazer da minha vida”. No final de 1983, prestei vestibular e entrei em História. Fui cursar a faculdade e prestei concurso na Secretaria de Bem-Estar Social, porque a

educação de adultos estava ligada a ela. E eu precisava sobreviver. Meu pai estava desempregado, eu não tinha coragem de pedir nada para minha mãe. Fui pra USP, fui a primeira colocada no Crusp; todo mundo querendo saber quem era a mais pobre, e eu me fingia de morta, porque morria de vergonha daquilo. Essa ideia da transparência tem um lado muito terrível de também expor as pessoas, e sabemos que dentro da universidade os conflitos de classes continuam muito presentes. Eu passei em primeiro lugar no concurso da Secretaria, para dar aula no antigo Mobral. Era regime CLT, e demorei muito tempo para receber o primeiro salário. Então eu só almoçava, na USP não tinha café da manhã no restaurante e eu não tinha bolsa para jantar. Eu dividia bandeirão com uma amiga, a Beth, jamais vou me esquecer. Às vezes me atrasava e dormia com fome, porque não tinha comida. Mas depois que comecei a receber um salário mínimo, morar na universidade, consegui sobreviver tranquilamente.

O tempo inteiro em que fiz a graduação, trabalhei com educação de adultos. Vem daí essa relação muito forte com a educação. Porque eram os excluídos, que você olhava e pensava “eu podia estar aqui”. E era uma diversidade gigantesca, eram crianças, adolescentes que não conseguiam permanecer na escola regular, geralmente negros. Se olharmos as estatísticas atuais percebemos que a questão continua. A exclusão é muito maior para meninos negros, mas eles insistem em permanecer na escola. Naquela época, já iam direto para o Mobral. Havia migrantes japoneses, muitos migrantes nordestinos, jardineiros, copeiras, domésticas. Como eu dava aula no Caxingui, era o entorno dos empregados das casas do Morumbi. Eu não tinha formação nenhuma, lembro que cheguei para o Nicolau Sevchenko e perguntei: “Nicolau, como eu ensino para uma pessoa que mal sabe escrever, olhar escala e mapa e tal?”. Ele falou: “O dia que você descobrir, me ensina”. Eu ficava o tempo inteiro questionando meus professores, me questionando. Coisa que hoje é padrão, que vemos da alfabetização cartográfica, de a criança treinar visão oblíqua, visão panorâmica, eu fui intuindo como fazer essas coisas. Levava cordão para eles medirem sala, desenhar a planta da sala.... Foi aí que começou um pouco o meu exercício pedagógico, de entender que a escola tem de fazer diferença na vida das pessoas. A escola não pode ser um lugar em que a pessoa vai perder tempo; de alguma maneira tem de levar conhecimento significativo que a transforme de algum jeito. Era um desafio enorme que fazia com muito prazer. E tinha um grupo de professores muito bacana, muito comprometidos, que eram todos alunos da USP: de Cinema, da História, da Antropologia, das Letras. Alunos novinhos e que encaravam tudo como desafio, gente da esquerda que olhava aquilo e falava “não, a gente tem de fazer a diferença aqui”. Numa época em que o Jânio Quadros era prefeito e que fizemos uma greve gigante e toda a escola nos apoiou, porque íamos todos os dias para a escola discutir a greve com os alunos e eles iam conosco nas manifestações. Eu acho que o movimento sindical, especialmente de escolas, precisa voltar a fazer isso com maestria, porque não tem como fazer uma luta em que você prejudica os principais envolvidos, entendeu? Tem de trazer essa comunidade para dentro, para que ela consiga ver isso. Não encaro como

perda, mas como parte da luta. Depois disso fui para o mestrado, que acabou sucumbindo porque eu não terminei. Fiz a faculdade em três anos e meio, em 1987, me formei e já prestei a Unicamp e entrei direto, em 1988. Tinham cinco vagas, 40 candidatos, professores universitários competindo comigo e meu projeto foi aprovado, porque tinha qualidade. Numa época em que ninguém falava disso, eu já pensava numa diversidade de culturas africanas e de um olhar para a história da África que eu não via. Fiz absolutamente tudo e não peguei o título, e a pós acabou virando *lato sensu*. Eu já pensei em voltar também várias vezes, terminar, mas o tempo...

OS LIVROS DIDÁTICOS, A SAÍDA DO ENSINO PÚBLICO E A EDUCAÇÃO PRIVADA

Eu fui trabalhar na Escola da Vila em 1993. A Vila é uma escola que tem uma história interessante, principalmente no seu processo de formação. Fui para lá para montar o ensino fundamental 2. Eles só tinham ensino primário, da alfabetização até o que é hoje o quinto ano. Era uma turma muito bacana, muito enfronhada com educação, nas suas respectivas áreas. Eu trabalhei com o “Bigode”, que é uma referência em ensino da educação de Matemática, com a Graça, que hoje é professora da UEL, de Geografia. Havia muitas pessoas com um percurso interessante na educação. Tínhamos um centro de estudos, onde eram desenvolvidos projetos, cursos, a escola era um laboratório. Os alunos, crianças de classe média, filhos de profissionais liberais, artistas, acadêmicos, tinha neto do Fernando Novais, filho do Nando Reis, os filhos dos Titãs todos passaram por lá. Eram crianças muito interessantes, porque tinham capital cultural, diferente de crianças de outras escolas privadas e crianças cada vez mais raras nas elites brasileiras atuais. Então era muito interessante, porque eram crianças que aprenderam de forma crítica. E era sensacional fazer esse projeto, eu adorava. Vinha trabalhando há muito com adultos e quando saí do ensino de educação de adultos, fui dar aula numa escola de freiras chamada Companhia de Maria, para alunos de ensino médio. Quando entrei lá, os alunos tinham quatro, cinco, seis anos a menos que eu, a diferença de idade era pequena, mas eu adorava dar aula para eles e eles me adoravam: professora jovem, engraçada, enfim, eles amavam. Sempre trabalhei para uma faixa etária próxima ao universo adulto. E quando fui para a Vila, de repente estou numa sala que perguntava: “Conceição, é para pular linha? É com lápis ou caneta?”. E foi um choque muito grande porque eu não tinha nenhuma vivência com alunos dessa faixa etária. E foi também um enorme aprendizado. Tinha uma coordenação efetiva, interessante, que dizia “olha, eles passaram a vida todinha com uma professora e todos esses comandos eram dados”. As pessoas esclarecem para você, é rápido. E tem professor que odeia quinta série (sexto ano) por causa disso e nunca parou para entender. E nunca teve ninguém que dissesse isso para ele. Então os professores perdem a chance de

trabalhar com um grupo delicioso. Quinta série/sesto ano é o máximo. Eles ainda têm coisas legais das crianças, são muito afetivos, mas também já estão começando a viajar, a entender ideias abstratas, o que é bom. Eles não têm vergonha de levantar hipóteses, não têm vergonha de perguntar, e é delicioso, porque você pode trabalhar e fazer bilhões de coisas interessantes. Eu comecei a desenvolver projetos ali e um pai de umas alunas minhas era editor-chefe da Scipione. E ele achava muito interessante o trabalho e me convidou para escrever. Foi um desafio muito grande porque acho que é desafiador escrever para criança, porque nada, absolutamente nada, está dado. Tudo a ser construído, inclusive a formação leitora das crianças. Antes mesmo dessa preocupação com letramento, alfabetização na idade certa dos governos de diferentes instâncias, eu achava que qualquer disciplina tinha que ser colaborativa. E fiz um livro que foi muito diferenciado nesse sentido. Ele tem uma abordagem que virou referência no MEC, referência na Academia. Já foi estudado em TCCs de alunos ligados ao ensino de História, tem vários trabalhos a respeito, porque ele tem uma percepção de várias coisas que eu via em livro didático e que achava muito ruim e que procurei mudar. O combate a uma linguagem androcêntrica, evitar o reforço dos papéis naturalizados dos gêneros nas imagens ou reforço ao racismo. Aliás, um dos maiores desafios mesmo foi a ilustração. Pedia para fazer uma criança negra e faziam com a cara do Cascão, era bem complicado.

Nessa última década, uma coisa interessante que o presidente Fernando Henrique Cardoso fez, e que teve continuidade, foi o guia do MEC. Porque tínhamos livros muito ruins, comprados com dinheiro público. Hoje eles não têm um viés ideológico, porque não podem ter, mas temos livros mais tradicionais, que precisam respeitar a Constituição. Não pode ter livro que reforce o racismo, o preconceito, o sexismo, a homofobia e/ou outros preconceitos. Mas é um embate. Porque, por exemplo, meu livro foi pela primeira vez em 2003, aprovado em PND em 2004 e, no ano seguinte, ganhou o Jabuti. Um pastor da Igreja Quadrangular e também vereador fez nessa época um discurso de quatro páginas em Pato Branco (PR), dizendo que minha coleção era “do demônio”. Me chamava de “autora do demônio”, porque a coleção trazia a mitologia dos orixás como tema em um dos volumes. Esse é um dado assustador no país. Pensamos que essa ignorância e intolerância religiosa afetam apenas os currículos de História, quando tratamos da temática das religiões de matrizes africanas, mas há um criacionismo que chega a um ponto que você não consegue ensinar, por exemplo, tempo profundo, tempo geológico, evolução. Nada disso está dando para o professor ensinar, porque as crianças acham que Adão e Eva foram os primeiros humanos e que o mundo começou com o Gênesis. Ou seja, aquilo que a gente via nos Estados Unidos nas décadas de 1980 e 1990, o Brasil vive muito intensamente nesta última década; temos muitos avanços, mas também retrocessos graves. Eu não estou dizendo que todo mundo é assim, mas numa rede gigantesca como a de São Paulo, maior que muitos países do mundo, isso é um dado sério. Tem professores que são evangélicos, lecionam na periferia, e levam isso para dentro da sala de aula, em um nível que as crianças não

comemoram aniversário, as crianças de terreiro não podem levar balinha de Cosme e Damião para os colegas. Ouvi professores falarem de “livre-arbítrio”, como se as crianças de primeiro ano tivessem alguma noção de arbítrio. Vemos as crianças de terreiro serem agredidas; da mesma forma que aquele pastor me chamou de “escritora do demônio”, pais neopentecostais falam para as crianças “não peguem a bala do demônio”. As crianças levam o docinho para sala de aula para dar aos amigos e imagine a barbárie que é, e sem nenhuma intervenção do professor, nem de ninguém. Elas são completamente expostas a esse nível de agressão. E eu, que já vi isso amplamente, e mantenho a questão da mitologia dos orixás na coleção, não cedo a isso de jeito nenhum. As pessoas falam que comercialmente não vale a pena. Se for fazer livro só para vender não vale a pena, não precisa fazer. Para mim é um projeto pedagógico claro, de combate ao racismo, de uma educação voltada para a igualdade étnico-racial, tudo isso tem um significado político muito importante para mim.

O BLOG MARIA FRÔ

Eu escrevo há muito tempo. A internet chegou ao Brasil na década de 1990, então em 1997 nós tínhamos fóruns de discussão geralmente em listas distribuídas por *e-mail*, não tinha *blog*, não tinha rede, não tinha nada. Havia grupos de escritores lusófonos, escritores do continente africano, portugueses e brasileiros. Tínhamos listas de poesias, eu escrevia crônicas. Tem grandes poetisas que conheço há quase vinte anos, a partir dessas listas. Essa comunicação em rede começa nessas listas, nos fóruns. Depois vem a primeira grande rede social, no início dos anos 2000, que é o Orkut, que tinha muita comunidade interessante. Eu participava de uma comunidade chamada 4P (Poder Para o Povo Negro), que tinha mais de 20 mil pessoas. Eu entrei nessa comunidade porque queria saber como é que os adolescentes negros pensavam, porque a maioria das pessoas ali era negra. Muita gente do Rio de Janeiro, da Bahia, antropólogos.... Enfim, as experiências eram muito ricas. Em 2005, veio o primeiro grande escândalo, quando começa a se construir essa noção que o PT inventou a corrupção. Quando eu vi que dentro da 4P começaram a discutir isso, pensei que o assunto era forte. Em 2003, 2004 já tinha *blog*, eu lia alguns, mas não tinha muita paciência de fazer um. Mas resolvi fazer um *blog* de análise da mídia. Batizei de “Maria Frô” porque eu assinava meus poemas, minhas crônicas como “Afrodite”. Além disso, meu nome é Maria, todo mundo me chamava de Frô, e como eu gostava do som deixei, porque sonoramente funcionava: frô, fulô, afro... e ficou “Maria Frô”. Comecei a fazer o *blog* para analisar como é que estava se dando a cobertura do que a mídia monopolizada cunhou de “mensalão”. E fui escrevendo, sempre discutindo as questões raciais, o machismo, sempre com um olhar para a questão dos direitos humanos. E poucas mulheres discutiam política em *blogs*, poucas escreviam sobre assuntos da política nacional, aliás a blogosfera ainda hoje é majoritariamente masculina.

As redes acabam ajudando na divulgação, e *blog* é assim, não tem jeito. O grande desafio da internet não é falar, é ser ouvido. E para você ser lido, tem um percurso, o seu discurso tem de ter legitimidade, as pessoas têm de acreditar que aquilo que você está fazendo não é por interesse — por exemplo, eu não tenho financiamento de governo, aliás hoje meu *blog* tem zero de financiamento. Ele já teve algumas publicidades da CTB, já teve publicidade da CUT, mas sempre assim, de associações e tal, nunca teve nada comercial e nunca teve um centavo do governo. Já poderíamos estar brigando por publicidade, porque já temos audiência para isso. Mas a audiência está sempre relacionada com a produção de conteúdo; eu falo de política e a maioria das mulheres não tem esse debate incisivo. Então eu acho que a popularidade do Maria Frô acaba vindo daí. As pessoas vão atrás do *blog* saber “o que a Maria Frô está falando sobre isso?”. Às vezes é chato, porque tem uma hora que eles querem me pautar, no sentido de “você ainda não falou sobre isso?”. E talvez eu queira discutir outra coisa. O *blog* também tem um olhar para os movimentos sociais, e eles sabem que têm espaço ali. O MST sabe, o Movimento Negro sabe. Tem dia que eu não dou conta da quantidade de coisas que me mandam para publicação. E eu geralmente não gosto de publicar texto seco; sempre faço um comentário, se não é um texto meu. Às vezes eu faço um *post* enorme para publicar um texto. No fundo, eu ainda acho que eu vou fechar o Maria Frô, vou cuidar da minha vida. É muito tempo gasto para manter o *blog*. Porque não é só o *blog* em si, é toda a articulação política, quem está fazendo política e sabe que a gente que vive num país de monopólio midiático tem que ser ouvido, tem de ter voz. Eu acho que fomos muito corajosos. Eu ainda fico pensando: quanto tem de gente interessante nesse país. Mas chega uma hora que as pessoas cansam, porque é muito difícil. Porque é um trabalho de entrega muito grande e não é só postar. Você posta um texto as pessoas vêm discutir, debater, perguntar, protestar, e eu respondo. Eu só não publico comentários quando o cara é racista. Quando o debate se instaura na própria TL [*timeline* ou linha do tempo do Twitter], no *blog* ou no Facebook, eu deixo para lá e vou fazer outra coisa, pois o debate está construído, vai acontecer. Mas eu já fiz até mais. Em 2010 meu Twitter tinha mais alcance que o do José Serra. Eu tinha uma interação absurda, era uma loucura, mas eu nem usava o Facebook. Você não pode ter mais que uma rede com esse nível de interação, porque você não faz mais nada da sua vida. E você não ganha para isso. Se eu fosse um profissional da área, se eu trabalhasse com comunicação de rede e tal, seria outra coisa, porque aí você ganha dinheiro para ficar monitorando, respondendo, não é o caso. Aliás, eu acho que o governo precisava ter isso de verdade, ter uma política de comunicação real, distribuir publicidade para essa esfera da comunicação que tem importância real e audiência. Nosso grande problema nesse país é você ter uma mídia tão monopolizada que ela cria o fato. Eu tenho um cuidado muito grande no meu *blog*, eu nunca publico absolutamente nada que eu não possa provar. Eu acho que se não abraçarmos isso de verdade, a democratização não vem.

As “escolas base”³ são a constante nesse país, a quantidade de pessoas que vê seu nome ir para a lama de um jeito assustador e que não consegue reestabelecer a verdade é imensa. As “Sherazades” da vida que celebram a prisão de moleques em poste e contribuem para o extermínio da juventude negra... É barbárie, porque você vê esses imbecis fazendo coisas inconstitucionais, ações que são criminosas, tipificadas em lei, e ao mesmo tempo vemos pessoas sendo linchadas na rua porque foram confundidas. Não dá para acreditar que vivemos num país que a TV tem esse poder.

Eu sonho em ver a Constituição brasileira em prática. Ver os artigos relacionados à Comunicação regulados e em pleno funcionamento. Só assim teremos de fato democracia no Brasil.

Enquanto seis famílias decidirem o que é notícia, quando será notícia, como ela será contada e se será contada, nossa democracia será apenas simulacro, um ensaio mal-acabado de um Estado de Direito. Em uma verdadeira democracia, rádios e tevês que são concessões públicas não agem ao arrepio da lei como as rádios e tevês monopolizadas do Brasil. Em um verdadeiro Estado democrático, comunicação não é negócio, é direito de todos. Infelizmente, isso ainda não é realidade em nosso país.

3 O caso que ficou conhecido como “Escola Base” é um dos mais emblemáticos da imprensa nacional. Em 1994, uma denúncia de abuso sexual contra crianças de 4 anos numa escola da capital paulista mobilizou pais de alunos, jornalistas, a Justiça e boa parte da população brasileira. O caso completou 21 anos em março, e mesmo duas décadas depois, ainda não houve chance de reconstrução efetiva da vida dos acusados, processos por danos morais ainda aguardam decisão judicial e o fato continua figurando como referência de má apuração por parte da polícia e da imprensa.